

## SCGÁS chega à metade do período de concessão com resultados expressivos

Presente em 62 municípios catarinenses com mais de 1.150 quilômetros de gasodutos, a SCGÁS atinge em 2019 a metade dos seus 50 anos de concessão para o serviço de distribuição de gás natural em Santa Catarina. Ao longo dos primeiros 25 anos de atuação, a empresa investiu R\$ 1,2 bilhão em infraestrutura e distribuiu mais de 10,2 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural ao mercado catarinense. O Estado é o segundo do país com o maior número de municípios atendidos e a distribuidora ocupa a segunda posição em número de consumidores industriais. Atendendo apenas o mercado não térmico, a SCGÁS iniciou este ano com cerca de 13.500 clientes entre os mercados industrial, automotivo, comercial e residencial. Neste ano a empresa deve se aproximar da marca de 15.000 clientes. O segmento de maior consumo, com volume médio superior a 80% do total distribuído, é o das indústrias: são mais de 280 atendidas pela companhia e que representam cerca de 60% do PIB industrial do Estado. As metas da SCGÁS para os próximos 25 anos, até o final da concessão em 2044, são as seguintes: atingir a marca de mais de 2.300 quilômetros de rede implantada, distribuir ao mercado não térmico um volume médio de pelo menos 3,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural e investir um total de R\$ 2,3 bilhões com infraestrutura. Com isso, mais de 80% do PIB catarinense será atendido pela empresa ao longo dos próximos 25 anos de atuação.

### Todos no Pacto Por Elas



Unir esforços para a integração e o alinhamento dos trabalhos pelo fim da violência doméstica é o objetivo da **Frente Parlamentar de Combate à Violência Doméstica**, instalado ontem à noite em ato na Assembleia Legislativa. No mesmo ato foram lançados **Pacto Por Elas** e o **Selo Pacto Por Elas**. Proposto pela deputada Ada De Luca (MDB), com o apoio da bancada feminina - deputadas Luciane Carminatti (PT), Marlene Fengler (PSD) e Paulinha (PDT) -, o pacto foi assinado pelos representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Federação das Indústrias (Fiesc), Associação de Diários do Interior (ADI-SC) juntamente com a Associação dos Jornais do Interior

(Adjori-SC), além de representantes da sociedade civil organizada, entre outras instituições. Com o pacto, as diferentes instituições comprometem-se a unir esforços para diminuir os índices da violência doméstica em Santa Catarina. “Existem muitas iniciativas importantes que são fundamentais e que precisam ser integradas e alinhadas”, disse a deputada Ada De Luca. O presidente Institucional da ADI-SC, Nelson Pereira (foto abaixo), ficou impactado com os áudios liberados pela Polícia Militar de vozes femininas, infantis e adolescentes pedindo socorro. “Um estado como o nosso, com tantos dados positivos, não pode conviver com tamanha violência”, manifestou referindo-se ao fato de que Santa Catarina é, proporcionalmente, o segundo estado em casos de violência doméstica e de estupro. De janeiro até agora, já foram registrados 28 casos de feminicídio em Santa Catarina. Na foto de cima, Ada De Luca, o presidente da Adjori, José Roberto Deschamps e Pereira.

**Inclusão** Governador Carlos Moisés enviou ofício formalizando pedido a todos os deputados e senadores catarinenses para que apresentem emenda ao relatório do deputado Samuel Moreira, incluindo estados e municípios na proposta de reforma da Previdência. Com isso, reforça manifestação que já fez ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao próprio presidente, Jair Bolsonaro.

**Após a aprovação** do requerimento apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC), a Comissão de Educação, Cul-

tura e Esporte do Senado realizará hoje uma audiência pública para debater a Lei 12.881, de 2013, que trata do reconhecimento das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

**Sinal sonoro** Durante reunião da Comissão de Viação e Transportes, o deputado federal Hélio Costa (PRB-SC) sugeriu a implantação de um sinal sonoro emitido no ponto de ônibus informando o trajeto e a linha. A ideia poderá ser transformada em projeto de lei, mas passará ainda por uma análise de constitucionalidade.

SEJA QUAL FOR A SUA BANDEIRA,  
ELA É A MESMA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA